

174. Contencioso da decisão arbitral

O contencioso impugnatório das decisões arbitrais proferidas em conflitos jurídico-administrativos é da competência do tribunal central administrativo territorialmente competente, por força da remissão operada pelo artigo 185.º-A do CPTA para a LAV.

ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA 7
PRINCIPAIS ABREVIATURAS 11
PLANO 13
ELEMENTOS DE ESTUDO 15

INTRODUÇÃO 21

CAPÍTULO I – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
1. Conceito de administração 25
2. Administração pública e administração privada 26
3. Polissemia do conceito de administração pública 27
4. A função administrativa no quadro das funções do Estado 32
5. Formas e instrumentos jurídicos da atividade administrativa pública 34
6. Sistemas administrativos 35
7. A Administração pública e o direito. Ilegalidade e ilicitude 38
8. O princípio da legalidade e a presunção de legalidade 40
9. O controlo da administração pública. Autocontrolo e heterocontrolo 43

CAPÍTULO II – O DIREITO ADMINISTRATIVO
10. O direito administrativo: características e tipos de normas 47
11. Fontes do direito administrativo - a Contituição administrativa 48
12. Fontes do direito administrativo - o direito da União Europeia 51
13. Fontes do direito administrativo - a lei 53
14. Fontes do direito administrativo - o regulamento: origem, natureza e fundamentos do poder regulamentar 55
15. Espécies de regulamentos 59
16. Competência regulamentar e formas jurídicas dos regulamentos 61
17. Hierarquia dos regulamentos 63
18. Modo de produção dos regulamentos 63
19. Publicação, eficácia e vigência dos regulamentos 64

20. Invalidez dos regulamentos	66
21. A codificação do direito administrativo	68
22. A ciência do direito administrativo e a ciência da administração	69
23. O direito administrativo e os outros ramos do direito	75
24. Direito administrativo geral e direitos administrativos especiais	78
CAPÍTULO III – OS CONCEITOS FUNDAMENTAIS	
25. O interesse público: definição e prossecução	81
26. Interesse público, legalidade e mérito. O dever de boa administração	83
27. Vinculação e discricionariedade	84
28. Fundamentação e formalismo	92
29. A relação jurídico-administrativa	94
30. Poder de decisão unilateral e participação dos interessados na tomada de decisão	96
31. Autotutela executiva: ainda existe?	97
32. O interesse público e os interesses dos particulares	100
33. O princípio da proporcionalidade	104
34. Os princípios da igualdade, da imparcialidade, da boa-fé e da justiça	105
35. O princípio da responsabilidade	108
PARTE I – ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA PÚBLICA	
CAPÍTULO I – ESTRUTURAS ORGANIZATIVAS	
36. Conceito de organização	113
37. Elementos da administração pública: as pessoas coletivas	115
38. A administração estadual	116
39. A administração autónoma	131
40. As autarquias locais	132
41. A administração autónoma não territorial	137
42. Os órgãos	139
43. Os serviços públicos	146
44. Atribuições, competências e missões	151
45. A competência em especial	151
46. Relações interorgânicas e relações intersubjetivas	153
47. Relações interorgânicas: a hierarquia administrativa	153
48. A supervisão	156
49. A delegação de poderes	156
50. Relações intersubjetivas	163
51. A tutela administrativa	163
52. A superintendência	164
53. Os princípios constitucionais sobre a organização administrativa	165
CAPÍTULO II – OS RECURSOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
54. Os recursos humanos	170
55. Estatuto constitucional da função pública	173
56. O quadro legal atual	174
57. A disciplina na Administração Pública	177
58. Os bens (domínio público) - origens e natureza	180

59. Composição do domínio público	181
60. O quadro constitucional	182
61. O quadro legal	183
62. Utilização do domínio público por particulares	185
63. Os problemas do domínio público	187

PARTE II – ATIVIDADE ADMINISTRATIVA PÚBLICA

CAPÍTULO I – FORMAS TÍPICAS DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA

64. Polícia administrativa - conceito e natureza	192
65. Polícia administrativa geral (polícia de segurança) e polícias administrativas especiais	196
66. Poderes de polícia	197
67. Medidas de polícia	198
68. A regulação	201
69. A regulação independente	204

CAPÍTULO II – INSTRUMENTOS JURÍDICOS DA AÇÃO ADMINISTRATIVA – O ATO ADMINISTRATIVO

70. Conceito de ato administrativo	212
71. Principais características do ato administrativo	219
72. Natureza jurídica e funções do ato administrativo	220
73. Estrutura do ato administrativo	221
74. Das formalidades em especial	222
75. Tipologia dos atos administrativos primários	225
76. Principais classificações dos atos administrativos	227
77. O ato administrativo lesivo	228
78. A execução do ato administrativo	231

CAPÍTULO III – VALIDADE E EFICÁCIA DO ATO ADMINISTRATIVO

79. Noções gerais	235
80. Requisitos de validade	237
81. Requisitos de eficácia	237
82. A invalidade do ato administrativo - suas causas	239
83. Regimes da invalidade	241
84. Âmbito de aplicação dos regimes da nulidade e da anulabilidade	245
85. Sanação dos atos inválidos	248

CAPÍTULO IV – ATOS SECUNDÁRIOS – A EXTINÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO

86. Tipologia dos atos administrativos secundários	252
87. A anulação administrativa e a revogação	256

CAPÍTULO V – CONTRATOS PÚBLICOS

88. Contratos da Administração Pública e contratos administrativos	270
89. O regime procedimental relativo à celebração de contratos públicos – âmbito subjetivo de aplicação	281
90. O regime procedimental relativo à celebração de contratos públicos – âmbito objetivo de aplicação	285

91. Princípios da contratação pública	288
92. Formas e critérios de escolha do co-contratante	290
93. Procedimento pré-contratual e outorga do contrato	292
94. O contrato administrativo - âmbito de aplicação do regime substantivo	294
95. Espécies de contratos administrativos	296
96. Conformação da relação contratual e execução do contrato	299
97. Invalidade do contrato	302
98. Incumprimento do contrato	305
99. Extinção do contrato	307

CAPÍTULO VI – A RESPONSABILIDADE DO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

100. Noção, origens, evolução recente	313
101. Âmbito de aplicação	317
102. Objetivo da responsabilização	320
103. A responsabilização subjetiva por atos da função administrativa ...	321
104. Responsabilização objetiva pelo exercício de atividade administrativa ...	323
105. Responsabilização por danos decorrentes do exercício da função jurisdicional	325
106. Responsabilização por danos decorrentes de atos praticados no exercício da função legislativa	328
107. Indemnização pelo sacrifício	333

CAPÍTULO VII – O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

108. Noção	338
109. A codificação das regras do procedimento administrativo – o Código do Procedimento Administrativo	339
110. Espécies de procedimentos administrativos	349
111. Os sujeitos do procedimento	349
112. Garantias da imparcialidade	351
113. A conferência procedimental	352
114. Os acordos endoprocedimentais	354

CAPÍTULO VIII – MARCHA DO PROCEDIMENTO COMUM DECISÓRIO DE 1.º GRAU PARA A TOMADA DE UMA DECISÃO ADMINISTRATIVA

115. 1.ª fase: o arranque do procedimento	358
116. 2.ª fase: a instrução	360
117. 3.ª fase: a audiência dos interessados	364
118. 4.ª fase: a decisão	367

PARTE III - GARANTIAS DOS PARTICULARES

CAPÍTULO I – GARANTIAS ADMINISTRATIVAS

119. Conceito e tipos	374
120. A queixa para o Provedor de Justiça	375
121. As garantias administrativas em geral	377
122. A reclamação	380
123. O recurso hierárquico	381
124. Os recursos administrativos especiais	382

CAPÍTULO II – GARANTIAS JURISDICIONAIS - A JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

125. Noção, origens e evolução (Portugal)	387
126. Natureza da jurisdição administrativa	394
127. Órgãos da jurisdição administrativa	396
128. Âmbito da jurisdição administrativa	397
129. Competência dos tribunais administrativos	403
130. Os elementos do processo administrativo contencioso	407
131. Os grandes princípios do processo administrativo contencioso	419
132. Os meios processuais	426
133. Valor da causa e alçadas	428
134. Patrocínio judiciário	429

CAPÍTULO III – AÇÃO ADMINISTRATIVA

135. Razão de ordem	438
136. Pedidos relativos a atos ou normas	441
137. Pedido de impugnação de atos administrativos	441
138. Pedido de condenação à prática de ato administrativo	453
139. Pedido de impugnação de normas e declaração de ilegalidade por omissão	457
140. Pedido relativo à validade e execução de contratos	460
141. Outros pedidos	463
142. Tramitação da ação administrativa	465

CAPÍTULO IV – AÇÃO ADMINISTRATIVA URGENTE

143. Noção e fundamentos	477
144. Contencioso eleitoral – impugnação de atos administrativos em matéria eleitoral	479
145. Contencioso dos procedimentos de massa	480
146. Contencioso pré-contratual	483

CAPÍTULO V – INTIMAÇÕES

147. Intimação para a prestação de informações, consulta de processos ou passagem de certidões	489
148. Intimação para proteção de direitos, liberdades e garantias	493

CAPÍTULO VI – PROCESSOS CAUTELARES

149. Antecedentes e razão de ser	500
150. Objeto e natureza	502
151. Pedido e causa de pedir	505
152. Pressupostos processuais	506
153. Tramitação	507
154. Decisão	507
155. Carácter provisório da proteção cautelar	510
156. Seriedade da proteção cautelar	511

CAPÍTULO VII – PROCESSO EXECUTIVO

157. Noção e importância	514
158. Aspetos gerais	516
159. Princípios do processo executivo	519
160. O dever de executar: em que consiste e sobre quem recai?	524

161. Pressupostos processuais	525
162. Execução judicial de atos administrativos	526

CAPÍTULO VIII – RECURSOS

163. Noções gerais	528
164. Espécies	529
165. Pressupostos processuais	530
166. Efeitos dos recursos	532
167. Tramitação e decisão do recurso	533

CAPÍTULO IX – ARBITRAGEM

168. Noção	537
169. Admissibilidade do recurso à arbitragem	538
170. Âmbito material dos litígios suscetíveis de resolução por via arbitral	540
171. O compromisso arbitral	545
172. Constituição e funcionamento do tribunal arbitral	547
173. A decisão arbitral	547
174. Contencioso da decisão arbitral	548